

APRESENTAÇÃO

I CONGRESSO CONSTITUCIONALISMO PARA A SUSTENTABILIDADE E RISCOS CLIMÁTICOS

A Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), por meio do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica (PPCJ) e do Curso de Mestrado em Direito das Migrações Transnacionais, tornou-se o epicentro de um debate urgente e necessário nos dias 25 e 26 de agosto de 2025, ao sediar o **I Congresso Constitucionalismo para a Sustentabilidade e Riscos Climáticos**.

O evento reuniu uma comunidade acadêmica vibrante, composta por professores doutores de renome internacional, além de pesquisadores e discentes brasileiros, todos mobilizados pela necessidade de repensar as bases do Direito Constitucional frente à crise ecológica que define a nossa era.

Em um contexto marcado pela aceleração dos eventos climáticos extremos, o Congresso dedicou-se a investigar como as normas fundamentais podem atuar como vetores de mitigação e adaptação.

As mesas e painéis exploraram a intersecção entre a governança global, a responsabilidade estatal e as novas tecnologias, buscando respostas jurídicas para a proteção de populações vulneráveis e para a preservação dos biomas. A troca de experiências entre juristas de diferentes nacionalidades enriqueceu a compreensão sobre a transnacionalidade dos riscos climáticos.

Esta edição dos **Anais do I Congresso Constitucionalismo para a Sustentabilidade e Riscos Climáticos** compila as investigações apresentadas, oferecendo um panorama crítico e propositivo sobre os desafios do século XXI.

Desde a análise de catástrofes recentes até os impactos ambientais da inteligência artificial, os trabalhos aqui reunidos demonstram que a sustentabilidade não é apenas um princípio abstrato, mas um imperativo de sobrevivência que exige uma dogmática jurídica renovada e comprometida com a justiça intergeracional.

Os artigos aqui publicados passaram por duas avaliações. Primeiramente, foi analisado pela Comissão Científica a viabilidade de apresentação no Congresso. Posteriormente, após apresentação e envio da versão final, a Comissão científica analisou o cumprimento dos critérios técnicos científicos conforme edital, visando a publicação.

Prof^a. Dr^a. Luciene Dal Ri
Presidente da Comissão Organizadora

RESUMOS CONTEXTUALIZADOS DOS ARTIGOS

1. CRISE SOCIOAMBIENTAL GLOBAL E A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS

A pesquisa aborda a educação ambiental não apenas como ferramenta pedagógica, mas como instrumento preventivo de gestão de riscos. O texto propõe que a conscientização ecológica integrada ao currículo é vital para formar cidadãos resilientes e capazes de mitigar futuras crises.

Autoras: Heloise Siqueira Garcia e Marisa Schmitt Siqueira Mendes..... **p. 06-26**

2. A CATÁSTROFE NO RIO GRANDE DO SUL EM 2024: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESLOCAMENTOS INTERNOS E INJUSTIÇA AMBIENTAL

As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul entre abril e maio de 2024 configuram-se como um dos desastres socioambientais mais graves da história recente do Brasil, e expôs não apenas a vulnerabilidade geográfica e climática do estado, mas, as fragilidades estruturais de suas políticas públicas, sistemas de proteção e capacidades institucionais.

Autores: Adriano Pistorelo e Charles Alexandre Souza Armada **p. 27-51**

3. A EXCLUSÃO DIGITAL COMO NOVO RISCO SOCIOAMBIENTAL

O trabalho classifica a exclusão digital como uma faceta dos riscos ambientais contemporâneos. Discute como a falta de acesso à tecnologia e à informação impede populações vulneráveis de receberem alertas de desastres e acessarem serviços essenciais durante crises climáticas.

Autoras: Ana Carolina de Oliveira Martins Nogueira e Lisiany Ferrari Oldoni. **p. 52-72**

4. CONSENSUALISMO E GOVERNANÇA NO PODER JUDICIÁRIO: A EXPERIÊNCIA DOS CEJUSCS TEMÁTICOS COM ENFOQUE AMBIENTAL

O estudo investiga a eficácia dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos especializados em demandas ecológicas. O texto defende o consensualismo e a mediação como vias mais céleres e adequadas para resolver a complexidade dos litígios que envolvem bens difusos e coletivos.

Autores: Maykon Fagundes Machado e Silvio Dagoberto Orsatto..... **p. 73-89**

5. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O texto conecta a segurança jurídica da posse da terra com a preservação ambiental urbana e rural. As autoras demonstram como a regularização fundiária, ao garantir dignidade e direitos fundamentais, incentiva o cuidado com o espaço e ordena o crescimento das cidades de forma sustentável.

Autoras: Denise Schmitt Siqueira Garcia e Ariane Pinheiro Carvalho..... **p. 90-106.**

6. O REGISTRO DE IMÓVEIS COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA CLIMÁTICA: TRANSPARÊNCIA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL EM SANTA CATARINA

Analisa o papel dos cartórios de registro de imóveis catarinenses na proteção do meio ambiente. O artigo destaca a publicidade registral como mecanismo de controle, impedindo a comercialização de áreas protegidas e garantindo a transparência na governança do território.

Autoras: Julia Soares Mafra e Katherine Scherer Clarinda..... **p. 107-127**

7. RISCOS DA MUNDIALIZAÇÃO AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

O texto discute a tensão entre o desenvolvimento econômico globalizado e a preservação ecológica no Sul Global. Critica modelos que transferem passivos ambientais para países em desenvolvimento e clama por uma ética internacional que equilibre comércio e sustentabilidade.

Autores: Daniel Cardoso e Rodrigo Roth Castellano..... **p. 128-145**

8. A EDUCAÇÃO, COMO INSTRUMENTO DE DISSEMINAÇÃO DE FORMAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO, EM DEFESA DA SUSTENTABILIDADE DA JURISDIÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Este trabalho propõe a educação jurídica como vetor de transformação cultural, incentivando métodos autocompositivos para garantir a sustentabilidade do sistema de justiça. Contextualiza a mediação não apenas como técnica processual, mas como ferramenta pedagógica indispensável para a pacificação social e a eficiência jurisdicional contemporânea.

Autor: Rodrigo Vieira de Aquino..... p. 146-163

9. OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA SUSTENTABILIDADE PARA O CONSUMO CONSCIENTE

Reflete sobre o papel do consumidor na cadeia produtiva e as barreiras culturais e econômicas para um consumo ético. O estudo aponta a necessidade de normativas que combatam o *greenwashing* e incentivem práticas de mercado verdadeiramente circulares e responsáveis.

Autores: Julia Brezolin e Liton Lanes Pilau Sobrinho..... p. 164-178

10. IMPACTOS AMBIENTAIS INVISÍVEIS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PEGADA DE CARBONO, CONSUMO DE ÁGUA E DESAFIOS REGULATÓRIOS

Desvela os custos ocultos da revolução digital, focando na pegada hídrica e de carbono dos grandes modelos de linguagem. O trabalho sugere marcos regulatórios que obriguem as empresas de tecnologia a mitigar seus impactos e a operar com transparência energética.

Autores: Lívia Maria Bianchini Mazziere e Nicolás Basigli..... p. 179-198

11. O IMPACTO AMBIENTAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O CRESCENTE CONSUMO ENERGÉTICO DOS DATA CENTERS E OS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE

Aprofunda a discussão sobre a infraestrutura física da internet, especificamente a demanda voraz de energia dos data centers. Aborda possíveis soluções jurídicas e técnicas para que a expansão da IA não comprometa as metas globais de descarbonização e transição energética.

Autores: Milena Zamboneti Hasckel e Ricardo Stanziola Vieira..... p. 199-219

12. POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES E SUSTENTÁVEIS COMO FERRAMENTA DA GOVERNANÇA AMBIENTAL

Avalia o ciclo de criação e implementação de políticas públicas voltadas ao meio ambiente. O artigo sustenta que a governança eficaz depende de planejamento de longo prazo, base científica e integração coordenada entre as diferentes esferas da federação.

Autores: Denise Schmitt Siqueira Garcia e Bárbara Lisboa Campos..... **p. 220-241**

13. SAÚDE SOCIAL E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO CONTEXTO DAS CIDADES BRASILEIRAS

Relaciona a saúde pública com o planejamento urbano frente ao aquecimento global. O texto analisa o protagonismo das cidades na busca pela adaptação climática, com especial atenção à análise do componente de bem-estar social e saúde social.

Autores: Eduardo Luiz Soletti Pscheidt e Luna Rocha Dantas..... **p. 242-257**

14. SUSTENTABILIDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE: DESAFIOS JURÍDICOS DAS TECNOLOGIAS NAS CIDADES

Discute o "Direito à Cidade" questionando quem se beneficia da digitalização urbana. O trabalho analisa os desafios de integrar tecnologias sem ampliar a segregação socioespacial, buscando uma sustentabilidade inclusiva e democrática.

Autoras: Larissa dos Santos e Leila Tatiana Rech..... **p. 258-278**

15. ENCHENTES DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL: O PAPEL DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS NAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Retoma o estudo de caso do RS sob a ótica da gestão de desastres e da responsabilidade estatal. Foca na falha da governança preventiva para proteger grupos vulneráveis, mitigando danos humanos em futuros eventos extremos.

Autores: Arthur Ogliari Lana e Júlia Schaufert Portela Gonçalves..... **279-299**